



RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OFICINA: DIREITOS DOS POVOS: CULTURA INDÍGENA NO EXTREMO SUL BAIANO.

Daiane Felix dos Santos (UNEB)¹

Franciele Santos Soares (UNEB)²

Orientadores: Jonathan de Oliveira Molar³

Márcio Soares Santos⁴

RESUMO

Esse relato de experiência é resultado da oficina: Direitos dos Povos: Cultura indígena no extremo sul baiano teve como objetivo compreender o processo de luta e resistência dos povos indígenas no Brasil em busca da concretização dos seus direitos como cidadãos brasileiros, além de terem acesso a uma educação, Saúde e Segurança de qualidade realizada pelo subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de História: “A História e o social: a comunidade e os espaços da cidade como integrantes do processo de ensino-aprendizagem”, do Campus X da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Teixeira de Freitas– BA, no ambiente escolar do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa - CEDERB, problematizando questões relacionadas à disciplina de história. Quanto à metodologia utilizada no âmbito desse trabalho, consiste na revisão bibliográfica de textos de autores como: LUCIANO (2006), SAMPAIO (2000). BATISTA (2004), GERLIC (2007), FREIRE (1996), SCHMIDT; GARCIA (2005), que oferecem aporte teórico e pedagógico para a confecção do projeto e a aplicação da oficina. A oficina se deu através da explanação dos aspectos gerais dos povos indígenas do extremo sul baiano, seguido de: 1- dinâmicas para captar a percepção dos alunos a cerca da temática. 2– Vídeo: As caravelas passam, fazendo a desconstrução da visão criada pelos portugueses, 3 – Ressaltou a presença do índio no Extremo Sul baiano, em específico na cidade baiana de Teixeira de Freitas, 4 – Uso de charges sobre a temática, 5 – Apresentação da cartilha sobre o povo indígena Pataxó, especificamente do distrito de Cumuruxatiba-Ba. 6 - Produção textual, baseada na discussão que foi realizada durante a oficina. O processo de desconstrução das ideias estereotipadas foi realizado com sucesso, a partir da apresentação das visões históricas diferentes, dados gerais e depoimentos dos próprios índios, despertando mudança de pensamento, e o questionamento dos estereótipos existentes.

Palavras chave: Indígena; formação docente; espaço escolar.

¹ Acadêmica do X período do Curso de Licenciatura em História - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus X.

² Acadêmica do V período do Curso de Licenciatura em História - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus X. Bolsista Iniciação a docência – PIBID.

³ Professor Doutor em Educação em exercício na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus X.

⁴ Professor Mestre em Sociologia em exercício na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus X.

INTRODUÇÃO

O subprojeto PIBID de História, intitulado “A História e o social: a comunidade e os espaços da cidade como integrantes do processo de ensino-aprendizagem”, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Campus X da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Teixeira de Freitas– BA, realiza atividades por meio de minicursos temáticos no ambiente escolar do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa - CEDERB, problematizando questões relacionadas à disciplina de história.

Desse modo, é importante atrelar a história local com o conhecimento histórico de proporção mais ampla. Segundo Freire (1996), podemos nos perguntar: por que não se discutir com os estudantes a realidade concreta à sua volta? Por que não associar o conteúdo programático da disciplina à realidade em que eles vivem?

É necessário apresentar os saberes curriculares fundamentais à experiência individual dos discentes, pois educação formal só terá sentido se o saber se definir como um conjunto de processos de socialização dos indivíduos, parte constitutiva de qualquer sistema cultural de um povo, englobando mecanismos que visam a sua produção e mudança. Paulo Freire (1996) em sua obra pedagogia da autonomia ressalta a importância que se tem de respeitar a autonomia do “ser” do educando. A educação escolar deve abrir caminhos para o acesso a conhecimentos universais, mas sem deixar de interligá-los com saberes locais, para dar aos alunos, assim, a oportunidade de reconhecerem criticamente o espaço em que vivem situarem-se nele entendendo que o espaço escolar deve se gerar um:

[...] espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escola. Dessa forma, ampliando – se o entendimento da aula de história, abrindo novas perspectivas para o debate [...] (SCHMIDT & GARCIA, 2005 p. 298)

Assim cabe ao educador perceber e reconhecer a autonomia dos seus alunos bem como tentar lançar mão de métodos para se alcançar uma relação entre o conteúdo e a vida cotidiana desses alunos de modo que o ensino/aprendizagem possa ser atingido e assim por meio de novos questionamentos, mudar a sua realidade.

Foi e então que, a partir de uma preocupação local com a realidade da formação étnica regional, com forte presença de comunidades indígenas e seus descendentes, surgiu a ideia de realizar uma oficina sobre o assunto, cuja temática seria assim intitulada: “Direitos dos Povos:



Cultura Indígena no Extremo Sul Baiano”.

A proposta dessa oficina é discutir o Direito dos povos indígenas no mundo globalizado, em especial as etnias que compõem o extremo sul da Bahia, desconstruindo também a ideia romantizada do “ser índio” que tanto é estereotipada pela literatura brasileira e que em pleno século XXI ainda se reproduz tais equívocos sobre esses povos. Observamos no Brasil o fenômeno da etnogênese, o despertar da consciência étnica e o processo de reivindicação de direitos que são verídicos e que lhes são garantidos na constituição. É errôneo dizer que o indígena invade terras, os mesmos reocupam suas terras tradicionais, a Constituição Federal reconhece o direito originário dessas populações, porém faltam outros direitos a serem reconhecidos, como acesso a saúde e educação de qualidade, segurança e tantos outros. Mas sabemos que essas lutas não são isoladas, e sim demanda que a maioria da sociedade brasileira também busca. Dessa forma há uma tentativa de aproximá-los das comunidades indígenas da região, em específico os Pataxó, instalados em Cumuruxatiba-Ba, distrito que pertence ao Prado-BA e está a 111 Km de distância da cidade em que o público alvo vive, além da existência do Parque Nacional do descobrimento bem próximo a reserva indígena.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Sampaio (2000), em um artigo intitulado “História e Presença dos povos indígenas na Bahia” aponta a presença de povos indígenas nessa região desde o século XVI. Também informa que no entorno do rio Corumbau houve a formação de um aldeamento composta por índios da etnia Pataxó e da família Linguística Maxacali, a mando do Presidente da Província em 1861. Posteriormente, em 1940, este passou a ser denominada “Barra Velha”. Em 1951 houve uma tentativa de expulsão dos indígenas daquela área por pressão do Estado, com intervenção do governo federal para que se retirarem deste espaço os índios, com a intenção de transformar aquele território em um parque de preservação do monumento natural e histórico, ação que só se concretiza em 1961 com a implantação do parque nacional de monte pascoal, sob a gestão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Os indígenas tiveram de se dispersar, pois estavam proibidos de plantar em seu próprio território.

Após dez anos de muitas lutas e entraves com o Estado, finalmente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), juntamente com lideranças indígenas (De quais povos?) conquistaram o direito



de habitar seu território novamente, com a criação do posto “Barra Velha”. Com isso foram realizados estudos antropológicos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) no propósito de ajudar na demarcação de territórios de comunidades indígenas do Extremo Sul baiano, em parceria com a FUNAI e o Programa de Pesquisas de Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB). Em 1970 deu-se o embasamento técnico necessário para a recuperação de terras que no passado foram ocupadas pelos indígenas e que agora estavam sendo exploradas por madeireiros, criadores de gado etc.

Trazendo a questão para realidade local, Batista (2004) discorre em sua dissertação de mestrado a respeito do povoado de Cumuruxatiba, lembrando memórias de tempos antigos, mais precisamente de 1815, quando nesta chegaram os primeiros brancos e escravos negros africanos, para os trabalhos de derrubadas das matas, limitando o espaço geográfico das comunidades indígenas (Pataxó e Aimorés) que existiam no local. Nos dias atuais a comunidade Pataxó de Cumuruxatiba - BA, esta com seu território reduzido e delimitado pelo governo.

Luciano (2006), que traz aspectos contemporâneos sobre a situação dos povos indígenas, nos mostra um avanço a cerca da demarcação de terras indígenas no Brasil. Antes da constituição de 1988 os direitos dos povos indígenas eram muito pouco explícitos, deixando esses povos sob tutela de administradores públicos e dirigentes políticos que nem sempre defendiam os seus interesses. O objetivo era reduzir a quantidade de terras destinadas a estes povos, de forma que os mesmos não pudessem empreender sua sobrevivência, perdendo parte de sua identidade enquanto povo, para assim mais tarde serem inseridos na cultura nacional. Esse era o projeto nacional, portanto político.

Gerlic (2007) que produz uma cartilha com relatos da comunidade Pataxó no Prado, onde o índio é tratado sobre sua própria perspectiva. Nos relatos da vivência dessa comunidade que, apesar de terem o seu direito à terra resguardado, por se tratar de uma reserva indígena vivem com medo dos fazendeiros da região e parcialmente enclausurados e sofrem discriminação a partir da construção que foi feita ao longo da formação nacional. Essa reviravolta na história da comunidade Pataxó e de tantas outras comunidades no Brasil são frutos do forte apoio de setores progressistas da sociedade brasileira e da articulação e mobilização indígena que garantiu uma série de direitos entre os quais as suas terras tradicionais, estas passaram a ser vistas por políticos defensores da causa indígena como necessidades vitais para sua sobrevivência e reprodução física e cultural.

Segundo os dados da Associação Nacional Indígena (ANAI) e do Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística (IBGE), essas novas condições permitiram que houvesse um aumento populacional significativo desses povos, o que, conseqüentemente, deu a eles condições para retomarem suas culturas e reassumirem suas identidades de povos ligados à terra. O que acontece é que em algumas regiões, como o Nordeste, este fenômeno de retomada de terras e recuperação de suas identidades étnicas tem sido dinâmica, com aumento expressivo da participação política em níveis importantes de maneira que houve uma diminuição do preconceito e discriminação dessas comunidades, pois ao contrário do que se pregavam nos períodos coloniais, essas comunidades são capazes de gerenciar e decidir seus destinos e ainda contribuir para o desenvolvimento país. (LUCIANO, 2006)

Há muitos desafios a serem vencidos, mas atualmente através dos meios de comunicação e outros recursos essas causas não ficam mais restritas a um lugar, mas tem-se um caráter de dimensão regional, nacional e muitas vezes internacional, fazendo com que as autoridades responsáveis tomem posições mais rápidas ao invés de travarem os processos como faziam antigamente. (LUCIANO, 2006)

Quando analisamos a questão indígena e sua importância para o processo de construção do Brasil, não podemos deixar de dar evidência à lei de nº 11.645 sancionada durante o governo Lula, no dia 10 de março de 2008, ela nos leva a refletir a cerca da deficiência que as escolas têm ao se trabalhar a temática indígena na sala de aula e, principalmente as conseqüências desse não reconhecimento da história desses povos, reproduzindo mais preconceitos e ampliando o abismo entre as instituições sociais e essas comunidades indígenas dentro do território brasileiro.

Durante muito tempo os livros didáticos preservaram a visão do “colonizador” e seu domínio sobre o “colonizado” mostrando muitas vezes uma realidade harmoniosa e reproduzindo a ideia de os indígenas como povos sem Deus, sem rei e sem lei, necessitam da “tutela” do para chegar ao estágio de “civilização”. Essa ideia de incivilizados fez aparte do estrategema empreendido pelo europeu colonizador para explorar a mão de obra indígena e lucrar com o trabalho desses povos. Não podemos deixar de evidenciar a realidade de nossa região, que abrange o Extremo Sul Baiano, correspondendo a outrora “terra do descobrimento”, hoje “costa do descobrimento”.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS E OS SEUS RESULTADOS



Através das discussões realizadas nas reuniões de planejamento do PIBID de História da UNEB – Campus X, e refletindo sobre as ações realizadas pela instituição em defesa das comunidades indígenas da região, surgiu a necessidade de transpor essa questão para além do universo acadêmico e repensar a questão indígena na atualidade analisando os conflitos territoriais e preconceitos em relação a esses povos que estão presentes no extremo sul baiano.

Com esse objetivo pensamos em realizar a oficina no Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa – CEDERB, que está localizado no Bairro Bela Vista na cidade de Teixeira de Freitas – BA, que atende à estudantes do ensino médio, nosso propósito com essa oficina era evidenciar as dificuldades vividas por essas comunidades na busca pela preservação de suas tradições, crenças e costumes além de problematizar as questões ligadas a demarcação de terras indígenas nessa região.

A apresentação da oficina “Direito dos povos: cultura indígena no extremo sul baiano” tratou de expor aspectos gerais dos povos indígenas no Extremo Sul baiano. Buscou-se, de início, por meio de uma dinâmica a construção do entendimento dos estudantes a respeito do assunto, ao partir de perguntas acerca da temática, os mesmos retiravam perguntas de uma caixa e deviam responder em voz alta para que todo o grupo pudesse ouvir. A partir das falas foi-se construindo novas informações.

Utilizando o vídeo “As caravelas passam”⁵, em que um repórter entrevista diversas pessoas nas ruas, perguntando qual a ideia que os mesmos tem sobre o índio. Tenta-se, assim, como no vídeo, fazer a desconstrução da visão criada pelos portugueses, tanto da aparência como da passividade do índio brasileiro, ao longo da história.

Também foram apresentados dados gerais acerca da quantidade de indígenas na época da colonização, fazendo-se um comparativo com os dados atuais, que demonstram uma gigantesca redução no número de indivíduos indígenas, o que provocou certo espanto por parte dos estudantes, pois estes acreditavam que desde sempre havia poucas “tribos” e que em geral elas habitavam litoral da Bahia e a floresta amazônica. Foram indicadas, a partir de dados do IBGE, as principais localidades e povos indígenas neles instalados, apontando alguns povos em específico, bem como seu os costumes, as tradições e os hábitos. Assim, acreditamos tornar o conhecimento mais

⁵ Título: “As Caravelas Passam...” Direção: Ivo Souza Realização: Instituto Nosso Chão/CE 2000, 23’

Sinopse: Através dos depoimentos de importantes lideranças indígenas do Nordeste e do Antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio, o vídeo procura desfazer preconceitos a respeito da realidade indígena do Nordeste, mostrando a verdadeira realidade desses povos. Suas dinâmicas culturais, as relações com a sociedade não indígena ao longo de 500 anos de contato e suas principais reivindicações.



enriquecedor, com base nas informações que tínhamos acerca desses povos.

Relatamos também com base bibliográficos sobre as instituições que atualmente, procuram preservar a cultura indígena, como por exemplo, a FUNAI, de também de instituições não governamentais que tratam da questão desses povos. Buscando entender se essas instituições realmente auxiliam, se o seu trabalho tem resultado efetivo na proteção e benefício dos indígenas sua cultura, suas tradições, etc.

Falou-se também acerca da presença do índio no Extremo Sul baiano, em específico na cidade baiana de Teixeira de Freitas. Foi trabalhada a presença indígena em Teixeira, tanto no presente, quanto no passado, sendo expostos detalhes importantes e desconhecidos por grande parte dos ouvintes, mas também da população que reside em Teixeira de Freitas. Algo ressaltado e que chamou a nossa atenção, foi acerca da área em que se encontra a Praça da Bíblia e arredores, que para os indígenas da etnia Maxacali era considerado um local sagrado. A atual cidade de Teixeira de Freitas era um local de passagem dos índios Maxacali, quando transitavam de território para território, em todo o extremo sul.

Outra técnica utilizada dentro da oficina, e de bastante eficácia, foram às charges acerca do tema indígena. Charges que retratavam uma realidade muitas vezes oculta. Nestas, liam-se frases como estas: “Quando vieram eles tinham a bíblia e nós a terra, e nos disseram, fechem os olhos e rezem, quando abrimos os olhos nós tínhamos a bíblia e eles a terra”. Foi um material que provocou uma ótima reflexão, e despertou um pensamento crítico e reflexivo nos ouvintes.

Uma das charges apresentava a imagem de um pequeno índio com seu pai, parados em frente a uma floresta desmatada O pequeno índio dizia a seu pai: “agora que cresci entendo por que precisamos de cesta básica para sobreviver”. O que mais chamou a atenção é que estas simples charges geraram uma grande discussão acerca do tratamento que sempre foi e ainda é dado ao indígena.

Os alunos comentaram que era dado a eles o que comer e era tirada deles o direito de viver A discussão continuou pensando-se na ideia interessante de que se falava muito sobre a preservação da cultura indígena, mas ao mesmo tempo o local desses povos era destruído, e toda riqueza existente ia diretamente para a mão dos colonizadores. O entendimento e os questionamentos deles acerca desse assunto nos impressionaram, pois para quem tinha de início pouco conhecimento, fazer essas indagações e ter o interesse de buscar respostas que antes nem passavam pela cabeça deles, realmente provou que a oficina teve resultados melhores do que esperamos.



Apresentou-se também a questão do auto reconhecimento indígena. Foram realizadas uma série de depoimentos por parte dos alunos e dos apresentadores da oficina, buscando conhecer se os presentes tinham alguma relação de descendência com os povos indígenas. Foi descoberto inclusive que havia alguns participantes que tinham relação hereditária com os povos indígenas, o que auxiliou no aumento do interesse pela questão por parte dos ouvintes. Houve um momento de lanche e descontração e logo após um descanso. Após, foi retomada a discussão.

Foi apresentada uma cartilha sobre o povo indígena Pataxó, especificamente do distrito de Cumuruxatiba-Ba. Foi entregue aos estudantes da oficina alguns depoimentos dos próprios indígenas pataxós, o que foi realmente bom, pois fez com que eles entendessem como pensam esses povos. Fez com que eles vissem algo que não partia de uma visão exterior. Puderam perceber todo o sofrimento e o preconceito pelos quais eles passaram; uma visão “interior”, de quem lutou e ainda luta pra manter a sua cultura e resistindo a todas as dificuldades.

Realizou-se também, ao final das discussões, uma atividade para os alunos presentes. Foi solicitada uma produção textual, baseada em toda a discussão que foi realizada durante a oficina, nos vídeos que foram apresentados e discutidos, nas charges que geraram a reflexão crítica e na cartilha indígena. Praticamente todos levaram essa atividade realmente a sério, como se esperava. Produziram textos que mostraram a mudança que a discussão realizara durante a oficina. Durante a socialização dos textos produzidos, pôde-se perceber que o objetivo da oficina foi alcançado, pois os pensamentos iniciais agora estavam modificados, sobretudo a maneira de abordar e falar acerca do tema. As palavras dos alunos demonstraram um pensamento crítico e reflexivo, que com certeza será passado para outras pessoas próximas.

⁶“Bom essa oficina teve um papel fundamental para forçar o que eu pensava a respeito dos indígenas, ela contribuiu também trazendo conhecimentos fantásticos sobre esse povo no qual tenho orgulho de chamar de meu povo, pois tenho convicção de que sangue indígena correndo em minhas veias. O triste é saber que os indígenas sofrem com a repressão de auto Clero, é preciso formar uma sociedade mais justa e que valorize mais a cultura indígena. É preciso que os Brasileiros e Brasileiras reconheçam que os índios são os patriarcas da nossa cultura e merecem o nosso respeito. É preciso também que nós Brasileiros e Brasileiras carreguemos esta causa indígena cobrando do congresso e do senado federal leis que beneficiam esses povos.”

Com isso podemos perceber a importância da desconstrução das ideias preconceituosas presentes na vida cotidiana. Pois quando o assunto, é abordado de uma perspectiva crítica o pensamento preconceituoso é lançado por terra, junto com os estereótipos que os sustentam, tão

⁶ João Felipe Alves Malaquias, estudante do 1º ano do ensino médio do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa.

utilizados por todos.

⁷“Eu particularmente tinha uma visão geral muito pobre sobre esses povos tão ricos em cultural e sabedoria. [...]É triste saber que, fazemos parte de uma sociedade que tem a capacidade de ser tão petulantes a ponto de se apropriar de algo que não é seu, e ainda querer ter a razão. [...]Além de ter a terra, temos uma capacidade de se esquecer que índios é gente, tem sentimentos, sofre, que amam o que fazem, e quem são. Espero um dia ver meus filhos nascerem em uma sociedade menos capitalista, mais humana e que tenham a noção que: não tem como conquistar o que já foi conquistado.”

O povo indígena precisa (e exige) ser reconhecido em seus termos, A sua cultura, suas tradições e costumes, tão diversos e tão ricos, estão colocados na luta que enfrentam. Acreditamos ser de extrema importância realizar essas discussões sobre a diversidade do povo brasileiro e sobre as mazelas sofridas pelos povos indígenas no Brasil para que possamos desenvolver o sentimento de empatia para com essas etnias que já habitam esse território há mais de 500 anos. As falas dos alunos nos encham de esperança demonstrando que é necessário repensar a importância dos povos indígenas, novos questionamentos são essenciais para se desconstruir os estereótipos em volta desses povos.

Após a socialização foi realizado o encerramento da oficina. Os rostos eram sorridentes e convencidos da importância da cultura indígena em todo o mundo. Tivemos a compreensão a partir dessas e demais observações que o objetivo da oficina foi alcançado, além do que era esperado por nós organizadores, os debates foram fundamentais para abrir portas a cerca da questão indígena evidenciando que essa oficina foi o começo de muitas outras oficinas sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da oficina foi assumido o compromisso de apresentar de forma clara o tema ‘Direito dos povos: cultura indígena no extremo sul baiano’. O uso de recursos audiovisuais nos auxiliaram à chegar aos objetivos esperados. Com a apresentação e debate das ideias de cada pessoa presente, foi possível identificar ideias preconceituosas e errôneas acerca da questão indígena. Todo o processo de desconstrução dessas ideias foi realizado com sucesso, utilizando para esse objetivo discussões que não buscaram impor uma verdade, mas simplesmente apresentar visões históricas diferentes, dados gerais e depoimentos dos próprios índios, o que despertou mudança de pensamento, e o questionamento dos estereótipos existentes.

⁷ Lorrane Cardoso de Almeida, estudante do 2º ano do ensino médio do Colégio Estadual Democrático Ruy Barbosa.



Tivemos diversas surpresas durante a apresentação da oficina, e foi possível despertar nos estudantes outros pensamentos, que esperamos sejam críticos e reflexivos acerca do tema. Assim, buscou-se estimular um interesse pelo tema nos ouvintes, o que com certeza, esperamos, refletirá no dia a dia dos mesmos, e contribuirá para que os povos e a cultura indígena sejam mais valorizadas e respeitadas, inclusive os povos indígenas no Extremo-Sul baiano.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Ação Indigenista. Disponível em: www.anai.org.br. Acesso em: 23 de Outubro de 2014

BATISTA, Maria Geovanda. **NOS RIZOMAS DA ALEGRIA VAMOS TODOS HÃMIYA:** As múltiplas relações entre o brincar o corpo e o território no imaginário sociocultural Pataxó. UNEB / Université du Québec, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á pratica educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GERLIC, Sebastián (Org.) **Índios na visão dos índios Pataxó do Prado**. Tydewas. Prado – BA, 2004;

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. Estudos Históricos, Rio e Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988;

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Ministério da Educação. Coleção Educação Para Todos. Brasília, 2006;

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado**. In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28;

PEREIRA, Tamires Santos. **AS RELAÇÕES INTERCULTURAIS ENTRE ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS NO EXTREMO SUL DA BAHIA**. UNEB- CAMPUS – X. 2014;

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal**. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.5, n.6, p.31-46, Nov. 2000. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1703/1829>>. Acessado em: 20 Outubro de 2014.



SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos e GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ALUNOS E PROFESSORES E O COTIDIANO E AULAS DE HISTÓRIA. Cad. Cedes, Campinas, Vol, n. 67, p. 297-308, set/dez. 2005 297. Acesso em: 20 de Outubro de 2015. Disponível em: www.cedes.unicamp.br
Vídeo: As Caravelas passam. Realizada por: Caritas Nacional, CEDOC e Arquidiocese de Fortaleza. Sob a Direção de: Ivo Souza e Marcos Passerini;